

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922011	
CAPÍTULO 2	8
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922012	
CAPÍTULO 3	19
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922013	
CAPÍTULO 4	34
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922014	
CAPÍTULO 5	45
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922015	
CAPÍTULO 6	53
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922016	
CAPÍTULO 7	65
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922017	

CAPÍTULO 8 72

ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO

Alane Maria da Silva

Marilene Bizerra da Costa

DOI 10.22533/at.ed.6051922018

CAPÍTULO 9 83

CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Renner Coelho Messias Alves

DOI 10.22533/at.ed.6051922019

CAPÍTULO 10 94

CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Wellington Júnior Jorge

Izaque Pereira de Souza

Aline Evelin Fabrício Macedo

Ana Paula de Souza Santos

DOI 10.22533/at.ed.60519220110

CAPÍTULO 11 105

DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS

Francisco Mesquita de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60519220111

CAPÍTULO 12 117

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA

Daniel Neto Francisco

Carlos Alberto Sarmento do Nascimento

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo

Lamounier Erthal Villela

DOI 10.22533/at.ed.60519220112

CAPÍTULO 13 130

JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?

Evânia Maria Oliveira Severiano

Maria Luiza Fernandes Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.60519220113

CAPÍTULO 14 141

LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Fabrício Brito do Amaral

Maria Fernanda Brito do Amara

Deusiney Robson de Araujo Farias

DOI 10.22533/at.ed.60519220114

CAPÍTULO 15	148
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA” <i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i> <i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220115	
CAPÍTULO 16	160
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA <i>Sintia Luz</i> <i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220116	
CAPÍTULO 17	170
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS <i>Micheline Ramos de Oliveira</i> <i>Eduardo Guerini</i> <i>Aline Perussolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220117	
CAPÍTULO 18	180
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL <i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220118	
CAPÍTULO 19	190
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS <i>Aline Cunha da Fonseca</i> <i>Cristine Jaques Ribeiro</i> <i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i> <i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220119	
CAPÍTULO 20	200
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS <i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i> <i>Igor de Souza Soares</i> <i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i> <i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220120	
CAPÍTULO 21	222
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA <i>Carina de Santana Alves</i> <i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220121	

CAPÍTULO 22	236
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220122	
CAPÍTULO 23	247
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220123	
CAPÍTULO 24	259
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220124	
CAPÍTULO 25	269
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220125	
CAPÍTULO 26	281
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220126	
CAPÍTULO 27	293
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220127	

CAPÍTULO 28	304
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i> <i>Odemir Vieira Baeta</i> <i>Theressa Cristina Marques Aquino</i> <i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220128	
CAPÍTULO 29	322
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220129	
CAPÍTULO 30	334
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220130	
CAPÍTULO 31	346
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i> <i>Luama Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220131	
CAPÍTULO 32	358
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220132	
CAPÍTULO 33	370
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i> <i>Rosimeri Salotto Rocha</i> <i>Valmin Ramos-Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220133	
CAPÍTULO 34	381
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220134	
SOBRE A ORGANIZADORA	392

POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ

Mônica Sales Barbosa

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio
Juazeiro do Norte- Ceará

Bryan Silva Andrade

Universidade Estadual das Ciências de Saúde
de Alagoas
Maceió- Alagoas.

RESUMO: A ausência de atenção do Estado na região semiárida do nordeste brasileiro é uma problemática histórica que traz a necessidade premente de políticas públicas para essa população. Os sertanejos, assolados pela dureza climática das secas e pela opressão do poderio político e econômico, foi transformado em versos pelo poeta Patativa do Assaré, que como muitos, viveu a dura realidade do sertão. O presente estudo tem como objetivo analisar a inserção das políticas públicas no meio rural elucidando seu papel histórico para o desenvolvimento do semiárido. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica que parte da reflexão acerca da biografia e da obra do Poeta Patativa do Assaré como representação privilegiada da vida do povo sertanejo. Em sua fundamentação teórica foram utilizadas obras literárias técnico-científicas, artigos científicos e outras obras de referência. A partir de Patativa, percebe-se a dimensão da vulnerabilidade social do homem sertanejo,

onde a busca pela sobrevivência e a implicação afetiva nesse espaço constroem a identidade dessa população que considera o meio rural não apenas um lugar de adversidades, mas um recanto para afirmação da vida. Consideram-se as políticas públicas como aporte fundamental para promoção da equidade social junto à população do campo, para a construção de estratégias de convívio com seus aspectos climáticos e para o seu desenvolvimento humano e social.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Meio rural, Patativa do Assaré.

ABSTRACT: The absence of State attention in the semi-arid region of the Brazilian northeast is a historical problem that brings the pressing need for public policies for this population. The sertanejos, devastated by the climatic harshness of the droughts and the oppression of political and economic power, were transformed into verses by the poet Patativa do Assaré, who, like many, lived the harsh reality of the hinterland. The present study aims to analyze the insertion of public policies in the rural area, elucidating their historical role for the development of the semi-arid region. It is a qualitative, exploratory and bibliographical research that starts from the reflection about the biography and the work of the Poet Patativa do Assaré as a privileged representation of the life of the sertanejo people.

In its theoretical foundation were used technical-scientific literary works, scientific articles and other works of reference. From Patativa, one can see the extent of the social vulnerability of the sertanejo man, where the search for survival and the affective implication in this space construct the identity of this population, which considers the rural environment not only a place of adversity, but a affirmation of life. Public policies are considered as a fundamental contribution to the promotion of social equity among the rural population, for the construction of strategies for conviviality with its climatic aspects and for its human and social development.

KEYWORDS: Public Policies, Rural Environment, Patativa do Assaré.

1 | INTRODUÇÃO

O meio rural nordestino vem se desenvolvendo de modo paulatino em comparação aos grandes centros urbanos, divergindo, portanto, na atenção social e política voltada a esses locais. De acordo com Pereira e Silva (2009) os trabalhadores rurais de pequeno porte não possuem aliados efetivos e empenhados em prestar-lhes apoio, evidenciando assim, a necessidade de um suporte adequado do Estado, visando seu desenvolvimento e levando em conta o empenho necessário.

Cerca de 150 dos 184 municípios que compõem o estado do Ceará estão na região semiárida e, por consequência, sofrem ciclicamente com a seca. O termo semiárido reflete a ideia de aridez que não só está condicionada a aspectos naturais, como fatores climáticos e a irregularidade das chuvas, mas também ao modo como essa região é explorada (FARIAS; MARQUESAN, 2016). O panorama de políticas públicas que oferecem apoio à população rural começa a emergir em 1996 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), atendendo então a diversas reivindicações dos movimentos sociais do campo, junto aos sindicatos, que buscavam políticas de assistência desde o fim da década de 1980.

Nesse âmbito, compreende-se por população rural todo tipo de população não urbanizada que se dedica a produção primária, seja pela criação de animais, cultivo ou extrativismo vegetal. Pode ser caracterizada pela relação direta com a natureza em seu modo de produção social e econômico. Nesse espaço de vida, a transformação da realidade deve ocorrer pela promoção de maior visibilidade a essa população, pressionando assim a atenção do governo para as problemáticas sociais pertinentes a esse contexto (PEREIRA; SILVA, 2009).

Um ícone da poesia nordestina que vem a calhar com a realidade dessa população, atraindo a atenção do Estado e das mídias à realidade desse povo, é Antônio Gonçalves da Silva, conhecido popularmente como Patativa do Assaré. O poeta imortalizou em arte o sertão nordestino, tornando-se conhecido pelo mundo através de sua sensibilidade em retratar a realidade da vida sertaneja. Desde muito cedo, Patativa vivenciou os sofrimentos da vida, carregando o fardo do descaso político

e a pouca atenção destinada a pequenas cidades do Ceará.

Dentro desse contexto social, Patativa, como ato de resistência, revestiu-se pela poesia e beleza do sertão, usando do artifício que durante toda sua vida lhe coube certamente como o melhor instrumento: a poesia. A composição das suas obras ressalta a cultura e tradição das pessoas nordestinas, lembrando e repassando para outras gerações esse modo de ser. O eu lírico do autor retoma em diversas nuances formas de representações sociais acerca desse lugar onde se sentia pertencente. Patativa, como um ícone que representa a população rural, expõe diversas vezes a vida comum a tantos que partilham da morada nessa região (BRITO, 2009).

Desse modo, diante dos relatos e obras do artista, o presente trabalho propõe-se a refletir criticamente a vida no meio rural nordestino, ressaltando o modo de vida, evidenciando o papel das políticas públicas voltadas a essa população e os seus impactos para o desenvolvimento rural.

2 | HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO RURAL

Historicamente, referindo-se à população no âmbito rural, o desnível nas condições de acesso e posse de terra sempre esteve presente. Como exemplo, tem-se a Lei de Terras, criada em 1850, no momento derradeiro do Brasil-colônia, que restringia a aquisição ou nomeação de terrenos àqueles com poder econômico superior, tendo em vista que qualquer transação que envolvesse propriedade de terra só poderia ser realizada por meio de mercantilização, isto é, acordo de compra e venda (WANDERLEY, 2014).

Com o passar dos anos, práticas desiguais continuaram a ser realizadas com o povo do campo. Na década de sessenta, com o advento do capitalismo e da produção rural (agropecuária) em grande escala, inúmeros trabalhadores rurais foram despejados das propriedades nas quais habitavam e o vínculo que tinham com a terra, foi quebrado de maneira abrupta. Este período ficou conhecido como a crise migratória urbana, marcado pelo intenso êxodo rural que perdurou com grande intensidade até a década de setenta (WANDERLEY, 2014).

Este processo de recuperação do latifúndio ocorreu devido, em grande parte, ao subsídio do governo à modernização das práticas agrícolas existentes, subsídio este que ocorreu por meio da implementação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965. Quase que imediatamente à implementação do sistema, ocorreram colossais transformações na produção e no custo-benefício do investimento e plantio rural em grande escala, principalmente no que tange a modernização tecnológica, todavia essa perspectiva de mudança excluía a agropecuária familiar (LEITE; WESZ JUNIOR, 2015).

O cenário inicial do SNCR não diferia muito das ações governamentais anteriores de investimento na agricultura, como a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do

Banco do Brasil (CREAL), criada em 1931 para o auxílio de empreendedores na compra de grãos para plantio, principalmente café. A problemática social do alcance ao agricultor familiar continuava existindo, já que tanto o acesso ao programa como as condições de uso deste continuavam sendo restritas a sujeitos com condições financeiras abastadas (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014).

O programa, na mesma medida em que se propunha a não excluir de sua abrangência nenhum ramo da agricultura nacional, exigia indiretamente certa qualificação do público-alvo. No entanto, tal qualificação não era ofertada pelas diretrizes do sistema e a informação e acesso acabavam por serem direcionadas às pessoas que, em outras oportunidades, já haviam se desenvolvido por utilização de outros intermédios (LEITE; WESZ JUNIOR, 2015).

O mecanismo de suporte ao trabalhador também exibia falhas e apresentava-se como exclusivo no tocante ao sistema de concessão de crédito: os procedimentos adotados beneficiavam as transações que dessem maior lucro, já que envolviam credenciais como volume total produzido e custo absoluto administrativo reduzido, privilegiando os grandes produtores e negando ou postergando incentivo aos pequenos produtores (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014).

Como retrato dessa perspectiva excludente, cabe ressaltar a consideração econômica que era realizada perante a figura do agricultor familiar. O termo, de acordo com Leite e Wesz Junior (2015), sequer eram empregados anteriormente, tendo sua primeira utilização em 1990. Desta forma além de não haver políticas direcionadas especificamente as necessidades dos microprodutores rurais, como eram chamados, também o espaço de mercado destinado a estes era o mesmo disputado com as grandes indústrias nacionais de livre concorrência.

Visando a mudança dessa realidade social ainda problemática e a proposta de uma política de maior eficácia à agricultura familiar, o governo federal lança em 1995, após imensa pressão das instâncias representativas do trabalhador do campo, o Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), baseando-se, inicialmente, em uma política de financiamento assistencial ao agricultor familiar e, posteriormente, firmando-se como programa de assessoria e abrangências longitudinais, ou seja, extrapolando a barreira da mera prestação de crédito e dando atenção de forma integrada aos sujeitos (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014).

O PRONAF, nessa perspectiva, surge de início como uma tentativa de recuperação da agricultura familiar como fonte de renda e subsistência e, principalmente, como alternativa para frear o fluxo migratório rural crescente. Contudo, apesar de ideologicamente bem estruturado, o programa ainda encontrava obstáculos quando se refere a realização do programa para além de uma política financeira: o desenvolvimento, nos parâmetros práticos, é visto muitas vezes como crescimento da condição econômica e não como, especificamente, da qualidade de vida das famílias, o que torna desigual os critérios de avaliação entre regiões distintas no país (LEITE; WESZ JUNIOR, 2015).

Ademais, as questões oriundas da distribuição desigual de recursos e do acesso limitado a informação continuavam em voga: a demanda por suporte financeiro era inúmeras vezes maior que o serviço ofertado, fundamentalmente no que se refere às localidades com maior déficit de desenvolvimento econômico, como na região Nordeste do país, que totaliza metade da quantidade de famílias essencialmente assistidas pelo plano (WANDERLEY, 2014).

Vê-se desse modo que as políticas públicas de fato voltadas a população rural que convive com a pobreza só começou a ser pensada de fato como resolução de uma problemática social a partir das lutas dessa população, que veio a ser efetivada como direito na Constituição.

3 | POLÍTICAS PÚBLICAS E POPULAÇÃO RURAL

De acordo a secretaria do meio ambiente, Políticas públicas são conjuntos de programas, atividades e ações desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente que se propõem assegurar determinados direitos sociais. Para que haja legitimidade nessas políticas, é preciso compreender a composição de classes e peculiaridades de cada grupo social (PEREIRA; SILVA, 2009).

A ideia de que as famílias possam conviver com a seca e não lutar com a mesma é base para a formulação de questões que facilitem a vida no meio rural. Essa região é descrita popularmente como um lugar inapropriado para o desenvolvimento de uma vida saudável.

Para Farias e Marquesan (2016,) a região sofre com aspectos regionais pela falta de políticas ou instruções, como para o armazenamento de água. Tais condições dificultam o processo de transformação da situação vulnerável que muitas famílias se encontram.

Para as autoras, algumas políticas podem ser destacadas como as mais importantes, como aquelas voltadas à agricultura, água, educação, e renda familiar. Destacaremos políticas nessas temáticas a seguir.

3.1 Programa um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)

Segundo Farias e Marquesan (2016) dentro das políticas desenvolvidas no meio rural, uma das principais ações foi o Programa *Um Milhão de Cisternas Rurais*, destinado a facilitar o acesso de água potável. Esse programa visa instruir famílias acerca de como melhor armazenar a água das cisternas construídas pelo programa em parceria com a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). A ASA visa contribuir com projetos prolongados de bem estar das famílias rurais por meio de processos educacionais e dialogo com população e equipamentos do local na formação da identidade rural, e não apenas em momentos emergenciais.

O resultado mais importante dessa luta, na opinião de Grisa e Schneider (2015),

é o desenvolvimento da autonomia da população camponesa que pode ser identificado nas reuniões onde é promovido um espaço de diálogo sobre questões cidadãs em que todos se propõem a participar. Para as autoras também é importante fomentar nos espaços educacionais uma compreensão contextualizada ao seu meio, evidenciando que o desenvolvimento socioeconômico da região é viável e é importante a contribuição há longo prazo para que o projeto continue.

3.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Formulada em 2003, o *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA) conta com o financiamento governamental e tem como foco articular em uma mesma política, o apoio a comercialização da agricultura familiar e ações alimentares e nutricionais. Funciona da seguinte maneira: o PAA compra sementes e alimentos provenientes da agricultura familiar e doa para equipamentos públicos de nutrição, entidades sócio-assistenciais e famílias em vulnerabilidade social. Também destina para estoques estratégicos, e outras ações de interesse do Programa. Seu orçamento é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O PAA possui dois públicos favorecidos pela política: os fornecedores e os consumidores. Os fornecedores são compostos por agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais, e outros grupos que participam da produção rural. Os consumidores são àqueles atendidos pela rede socioassistencial por meio dos equipamentos públicos que fornecem alimentação, como restaurantes populares, escolas públicas, e outras políticas (BRASIL, 2012).

3.3 Políticas de Educação

A educação no campo possui assim como no meio urbano, o compromisso com a formação integral do indivíduo, auxiliando-o nos processos de escolarização e na construção de conhecimento formal, da vida social, político e econômico, porém há uma divergência específica do grupo rural que é atentado nas políticas de educação (GOULART;CORTE, 2016).

A Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDBN) , em seu artigo 28, aponta a promoção de adaptações necessárias a particularidade da realidade rural. Afirma a necessidade de facilitar espaços de autonomia e ressalta a importância da comunidade na valorização da identidade cultural, no tocante a identificação socio-histórica e a mobilização para propostas de assuntos de interesses afins a população estudantil (GOULART;CORTE, 2016).

Na secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade (SECAD), criada em 2004, há temas pertinentes sobre alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação voltada para o campo, educação escolar

indígena, e diversidade étnico-racial, temas antes distribuídos em outras secretarias. Farias e Marquesan (2016) apontam que em 2007 o Ministério da educação incluiu em seu site, dados pertinentes a educação do e no campo. Para as autoras, esses apontamentos são importantes por darem visibilidade a grupos excluídos e instruir a importância da educação para todos os sujeitos.

3.4 Previdência Social

Conforme Grisa e Schineider (2015) a previdência no meio rural ocorreu de maneira lenta e tardia em comparação às cidades. O Estatuto do Trabalhador Rural, formulada em 1963, deu viabilidade para pensar a previdência no meio rural, e em 1988 com a Constituição, é regulamentada o benefício pelas leis previdenciárias (nº 8.212 e nº 8.213/91). Segundo as autoras:

A redação atual do regime de economia familiar, prevista em Lei (nº 11.718/2008), e do conceito do “segurado especial”, avançam no sentido de torná-los mais adequados à pluralidade de situações que caracterizam a agricultura familiar brasileira e à própria evolução da legislação agrária, que amplia o(s) conceito(s) de agricultura familiar: “Propriedade Familiar”, “Pequena Políticas Públicas de Desenvolvimento” Propriedade” e “Agricultor Familiar”, com seus respectivos critérios legais, que ficam abrangidos no “regime de economia familiar”. (GRISA; SCHINEIDER, 2015, p. 432).

Como regime de economia familiar, os autores apontam atividades laborais dos membros da família em que é indispensável à própria subsistência no desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de colaboração e mútua dependência. Dessa forma, a aposentadoria para trabalhadores rurais é ofertada de modo que difere da população urbana. O trabalhador rural recebe o benefício mesmo sem contribuir com o INSS, basta a comprovação do trabalho no meio rural que pode ser conseguido por meio da vinculação de organizações como sindicatos ou associações de trabalhadores rurais. A idade para o benefício também é afetada, pois diminui em cinco anos o tempo para aposentadoria em relação às populações urbanas.

4 | PATATIVA NO SERTÃO E O SERTÃO EM PATATIVA

Aos cinco de março de 1909, nasce Antônio Gonçalves da Silva (Patativa) no pequeno município de Assaré, localizada ao sul do Ceará. Logo em sua infância, Patativa vivência a dura vida do sertão nordestino. Aos quatro anos, perde a visão por consequência de sarampo, pois as condições de saúde em sua cidade não eram favoráveis, faltando-lhe atendimento médico e tratamento para a doença. Sobre esse acontecimento o poeta escreve:

Nasci dentro da pobreza / E sinto prazer com isto, / Por ver que fui com certeza / Colega de Jesus Cristo. / Perdi meu olho direito / Ficando mesmo imperfeito /

Percebe-se já de início a simbologia que há na pobreza. A ligação entre o sagrado e a ideia de sofrimento pregado no cristianismo como algo glorioso, é bastante relevante nessa compreensão.

Já aos seus oito anos, Patativa vivencia outro acontecimento que o marca: seu pai falece e o deixa, ainda criança, a responsabilidade de ajudar no sustento familiar. Desde então, a vida do poeta se declina sobre as atividades que o pai cumpria. Diz ele: “Quando completei oito anos fiquei órfão de pai e tive de trabalhar muito, ao lado de meu irmão mais velho para sustentar os mais novos, pois ficamos em completa pobreza” (BRITO,2009 apud PATATIVA, 2002, p. 33).

A memória da aridez de sua orfandade, ainda em tenra idade, foi ilustrada em poesia:

(...) Na mais dura privação/ na minha casa era seis/ Eu com os meus quatro irmão/
E mamãe na viuvez/ Nós fumo criado assim Eu,/ José, Pedro e Joaquim/ E a nossa
mana Maria/ No mais precarovivê,/ Sem os donos do pudê/ Sabê se a gente insistia
(...). (BRITO,2009 apud PATATIVA, 2002, p. 33).

Sensibilizado pela vulnerabilidade social vivida pelas condições de pobreza, pela morte do pai e pelas responsabilidades excessivas e inadequadas para sua idade, Patativa constrói sua poesia com sensibilidade e crítica. Faz críticas ao descaso dos “donos do pudê”, em relação aos sertanejos, denunciando a desigualdade social e o desamparo do Estado (BRITO, 2009).

Adentrando no mundo da escrita aos 12 anos, Antônio Gonçalves da Silva ficou apenas quatro meses na escola. Nela, cultivou o amor e o interesse pelo mundo da escrita e da leitura, tendo contato com as obras de Camões e os romancistas brasileiros. Dedicou-se a aprender em casa o universo da escrita, depositando na literatura de cordel o despertar de sua vontade poética:

Quando eu ouvi alguém ler um folheto de cordel pela primeira vez, aí eu fiquei admirado com aquilo, mas no mesmo instante, eu pude saber que eu também poderia dizer em versos qualquer coisa que eu quisesse, que eu visse, que eu sentisse, não é? Comecei a fazer versinhos desde aquele tempo. Sim, a partir do cordel. Porque eu vi o que era mesmo poesia. Aí dali comecei a fazer versos. Em todos os sentidos. Com diferença dos outros poetas, porque os outros poetas fazem é escrever. E eu não. Eu faço é pensar e deixo aqui na minha memória. (BRITO, 2010 apud PATATIVA, 2006, p. 47).

A partir desse momento, Patativa se encanta pela liberdade que pode ter dentro da poesia e então, começa a compor seus versos. É notável o sentimento de valor atribuído a seu ato de criar versos. Outra menção a se fazer é sobre o que o mesmo trás acerca de sua escrita. Uma “escrita de memória”, marca da cultura oral nordestina que demonstra sua capacidade de memorizar seus versos, muitas vezes demonstrada

em suas declamações.

Desse modo se constitui a formação de interesse na escrita, aos significados que o poeta atribui, e a importância que ele iria usar por tantas vezes. Aos 16 anos, vende uma ovelha e compra sua primeira viola, onde passava as suas tardes a brincar de repentes. Já crescido, um parente ao se deparar com a beleza do seu cantar, leva-o a uma viagem a Belém/PA, onde fez apresentações e, aclamado pelo público, recebeu a alcunha de Patativa do Assaré, nome de um pássaro cantador.

Em sua obra, assumia em seus escritos, temáticas de contestação às injustiças sofridas pela dura realidade nordestina como a questão da reforma agrária, as mídias, a vida sofrida do sertanejo, as belezas do sertão, a falta de oportunidade e emprego da população do nordeste, dentre outros (COBRA, 2006).

Dentro disso, compreende-se o posicionamento do poeta em prol dos mais pobres, semelhantes a si. Patativa por muitas vezes, fala sobre a exploração do homem agricultor pelos donos do poder, referindo-se aos mais economicamente ricos. Em diversas ocasiões teve que enfrentar a seca sem o devido amparo do patrão, dono da terra, que não se importava em amparar o trabalhador, mesmo assim o poeta clama pelos direitos reivindicados pelos trabalhadores. Patativa diz:

Se a terra foi Deus quem fez, / Se é obra da criação, / Deve cada camponês / Ter um pedaço de chão, / Quando um agregado solta / O seu grito de revolta, / Tem razão de reclamá, / Não há maiópadicê / De que o camponês vivê / Sem terra pra trabaiaá (...)/ Escute o que eu tô dizendo, / Seu dotô, seu coroné, / De fome tão padicendo / Meus fio e minha muié, / Sem briga, questão, nem guerra, / Meça desta grande Terra / Uma tarefa pra eu, / Tenha pena do agregado, / Não me dêxe deserdado / Daquilo que Deus me deu (BRITO, 2009 apud PATATIVA, 2006, p. 60).

Patativa narra fatos e diz de sua dor, contando os sentidos que atribui a cada coisa vivida. A vida nordestina é novamente trazida por ele como um contexto de luta contra a opressão que se instaura na relação com o outro. Pois sem terra para plantio, como no trecho acima, Patativa espera que seja dele, aquilo que por direito já é.

Traz a partir daí a realidade de diversas famílias, onde a falta de plantação e fome no sertão é um grande problema. A morte por conta da fome, e o sentimento de desamparo é mais um tema real tratado por Patativa no poema “A Morte de nanã”:

Se passava o dia intero / E a coitada não comia, / Não brincava no terrêro / Nem cantava de alegria, / Pois a farta de alimento / Acaba o contentamento, / Tudo destrói e consome. / Não saía da tipóia / A minha adorada jóia, / Infraquecida de fome. / Daqueles óio tão lindo / Eu via a luz se apagando / E tudo diminuindo / Quando eu tava reparando / Os óinho da criança, / Vinha na minha lembrança / Um candiêro vazio; / Com uma tochinha acesa / Representando a tristeza (BRANDÃO, 2009 apud PATATIVA, 2001, p. 5).

No texto acima o poeta se refere, conforme Brandão (2009) à Ana da Silva que Patativa se coloca na figura paterna em sua poesia. Nanã, apelido para Ana, representa a realidade nordestina vivida por tantas famílias que viram seus próximos,

filhas e familiares, morrerem por conta da seca e desamparo.

Patativa transfigurado pela dor, revive a tristeza desse corte que não cicatriza. O pássaro cantador revive essa lástima onde “Naná”, é o protótipo de tantos filhos que de fome morreram por conta da seca e de abandono, de injustiça social, “filhas de Patativas nordestinas desde sempre” (BRANDÃO, 2009, p. 4).

Conforme Brito (2009), Patativa do Assaré casou-se em 1936 e por mais de 25 anos trabalhou na roça e na poesia. Enquanto trabalhava com a terra, Patativa formulava seus versos para posteriormente passá-los ao caderno. Em 1956 publica seu primeiro livro: *Inspiração Nordestina*. E seguida, diversos livros vieram.

Em 1964, Luiz Gonzaga música e grava o poema “Triste Partida”, de autoria de Patativa, com isso, ainda em vida, ganha reconhecimento em âmbito nacional. O poeta se torna, então, porta-voz do sertão, afirmando suas origens e expondo as belezas e fardos dessa vida a outras regiões.

Patativa do Assaré morreu com 93 anos, em julho de 2002. Deixou para o sertão e para o mundo, diversas obras e um eterno cantar que só a ele cabia ser tão bem executado, o pássaro cearense.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura nordestina revela sentidos consideráveis para uma compreensão precisa sobre a representação popular de uma região. Patativa do Assaré, tendo tomado para si os sentidos que o sertão o proporcionou quanto lugar de dor e fartura, demonstra a vida simples de quem vive “da” e “com” a natureza. Ainda que sua biografia seja repleta de acontecimentos conturbados por conta das relações em que o mesmo foi submetido dentro dessa região, percebe-se no poeta a resiliência para enfrentar essas situações, aprendendo com elas e agindo criticamente para sua transformação e melhoria.

Considera-se nesse estudo o poder que a arte exerce no meio social, com a potencialidade de unir a realidade às atribuições significativas que as pessoas despertam. O poeta utilizou desse modo para reivindicar questões pertinentes na qualidade de vida de diversas pessoas. Questões sociais trazidas como o abuso de poder e total descaso com a vida de pessoas vulneráveis nos leva a pensar em estratégias para essas pessoas não visibilizadas por essa sociedade que visa à produção e lucro em cima de vidas humanas e naturais. Mesmo que em vida, Patativa não tenha vindo a desfrutar de muitas das políticas públicas no meio rural, essas vieram a calhar e atender a demanda da luta que o poeta perdurou em suas obras.

Patativa bradou a quebra das vigas que ainda prendem muito homens e mulheres sertanejas, pois é essa a população, que frente a reajustes governamentais, são as primeiras a serem excluídas. Atualmente, diversas famílias são beneficiadas pelas políticas públicas no meio rural e essas políticas além de fomentar o desenvolvimento

rural fomentam a luta de um povo pelo direito de viver em sua terra, onde sua identidade e memória são formadas.

Por fim, o espaço rural possui um movimento histórico de luta em busca da garantia de direitos. Sendo esses garantidos, quando a população como um todo se mobiliza junto aos governos para debater e visualizar implementações de novas políticas. Além disso, mais diálogos devem ser fomentados para que se possa ter o direito de não apenas sobreviver, mas viver e gozar do lugar onde se vive.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, M. S. O. “A morte de nanã” no canto de Patativa do Assaré. **Rev. Nonada**, edição 13, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Cartilha PAA- Programa de Aquisição da Agricultura Familiar**, 2012.

BRITO, A. I. A. **Poética sertaneja: aspectos do sagrado em Patativa do Assaré**. Caxias do Sul, 2009.

CARNEIRO, H. F; MARTINS, J. C. O. ROCHA, H. P. Percepções do sofrimento psíquico na obra de Patativa do Assaré. **Rev. Psicologia & Sociedade**; 23 (3): pág. 592-597, 2011.

CARVALHO, G. C. **Patativa do Assaré pássaro liberto**. Disponível em PDF em: www.overmundo.com.br/download_banco/patativa-passaro-liberto-livro-de-gilmar-de-carvalho. Download em 05/11/2016.

COBRA, C. M. Literatura popular e religiosidade: criatividade e hermenêutica em Patativa do Assaré. **Rev. Último Andar**, 2006.

FARIAS, L. M; MARQUESAN, F. F. S. Educação (contextualizada) no Semiárido Nordeste. IV **Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**, Porto Alegre, RS, Brasil, 2016.

GOULART, B. M. ; CORTE, M.G.D. Educação do campo, Perspectivas sócio- históricas das políticas públicas na construção do currículo. **IV Seminário de Políticas Públicas da educação básica e superior**, Santa Maria, 2016.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos LEITE, S. P; WESZ JUNIOR, V. J. Estado, políticas públicas e agronegócio no brasil:revisitando o papel do crédito rural. **Rev. Pós Ciências Sociais**, v. 11, n. 22, p. 83-107,2015.

LIMA, E.M.F.A; YASUI, S. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade cuidado na atenção psicossocial. **Rev. Saúde em Debate**. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, v. 38, n. 102, p. 593-606, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/127259>>

MACHADO, B. F. G. corporeidade e existência em Merleau-Ponty. **Rev. Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Curitiba v.2, p. 47 – 58. 2011.

MEDEIROS, V. L. C. Representações do sertão em Patativa do Assaré. **Rev. Nonada**, ed 13, 2009.

PEREIRA, V.S.; SILVA, A.W.B. **Políticas Públicas e desenvolvimento rural: o caso de São Tomé**

das Letras. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre, 2009.

PINHEIRO, M. S. A criação poética de Patativa do Assaré. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. questionamentos, novas interpretações. **Rev. Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n.2, p. 323-346, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25-44, 2014.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-060-5

